

MOVIMENTO

25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 2 — 3 OUT. 1974

Preço 2550

5.ª DIV. / EMGFA
Rua da Cova Moura, n.º 1

DISTRIBUÍDO POR:
"O SÉCULO"

FOTOGRAFADO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDRO-GRÁFICO — RUA DAS TRINÁS, 49 — LISBOA

EDITORIAL

Em situação normal, num país cujos poderes constituídos tenham emergido democraticamente, é um e um só o objectivo externo das Forças Armadas — resolver, como instrumento do poder político representativo da vontade popular, os conflitos para que não tenha sido encontrada uma solução pela via pacífica, praticando a coacção física através de operações militares.

A este objectivo externo corresponderá forçosamente um interno que consiste na preparação dos componentes das FA's (elementos humanos e materiais) para, se necessário for, cumprir, em qualquer altura, a sua finalidade externa. Para tal torna-se necessário levar a cabo uma gama extensa e variada de pequenas e grandes acções que visam dar eficiência aos homens e ao material, umas através de consciencialização e instrução, outras através da utilização dinâmica dos meios técnicos ao seu dispor.

Na situação de excepção que no momento se vive em Portugal, as Forças Armadas não se podem limitar ao objectivo externo que lhe é próprio. Tendo a Nação Portuguesa aceite o Programa do Movimento das Forças Armadas, elas terão que estar em permanente vigilância, relativamente ao seu cumprimento, estruturando-se de maneira a que os mais altos escalões militares constituídos — Chefe Supremo das Forças Armadas e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas — estejam permanentemente alertados sobre desvios ou distorções que se verifiquem, a fim de serem tomadas as medidas necessárias conducentes à correcção de tais desvios ou distorções.

Quer isto dizer que, a partir de 25 de Abril, e até que o Poder seja devolvido à Nação, que dele se viu privado durante tantos anos, as Forças Armadas têm, além do seu objectivo militar, um objectivo político. Há uma opção tomada conscientemente no dia 25 de Abril e que será mantida durante todo o período de excepção. É uma opção política no mais nobre sentido do termo que se traduz em firme posição no que se relaciona com o Programa do Movimento das Forças Armadas — garantir o seu integral cumprimento —. É evidente que essa opção está à margem e é estritamente neutral quanto às linhas partidárias definidas, ou a definir (desde que se não oponham ao referido Programa). A concretização deste objectivo de natureza política exige, também, que se desenvolva uma variada gama de acções que fundamentalmente, percorram num e noutro sentido a direcção conjunta das Forças Armadas — altos escalões militares, tendo em vista a informação dos Comandos Supremos e, em consequência, a procura de soluções a adoptar para cada caso.

Assim como em situação normal existem, estados-maiores e especialistas que têm por missão aconselhar os Comandantes responsáveis sobre os problemas relativos a Operações, Informações, Instrução, Logística, etc., é indispensável a existência de um órgão de conselho especialmente preparado para esclarecer e apoiar o CEMGFA em tudo o que se relaciona com o Programa do MFA. Como esse Programa exprime uma opção política das Forças Armadas, é indispensável que os componentes deste órgão especial do EMGFA estejam perfeitamente identificados com o referido Programa, não tenham dúvidas quanto à sua exacta interpretação, e estejam permanentemente aptos a apreciar o grau em que o mesmo está a ser cumprido.

A Comissão Coordenadora do Programa do MFA, criada antes do 25 de Abril, teve como uma das suas finalidades redigir o Programa, pelo que é evidente que ela deva constituir-se no órgão de conselho que definimos. Assim o papel da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, dentro das Forças Armadas, é justificado pelo objectivo que essas mesmas Forças Armadas têm que atingir, durante o actual período de excepção, totalmente legitimado pelo próprio acto revolucionário de 25 de Abril.

A Comissão Coordenadora mantém-se na defesa do processo em curso em duas posições: integrando o Conselho de Estado e como elemento do EMGFA. Nesta segunda posição cabe-lhe, ainda, a função de propor ao CEMGFA a difusão de directivas e informações, que elucidem as FA sobre a verdadeira interpretação do Programa e desenvolvam nos seus componentes o espírito de corpo necessário à manutenção de uma coesão, baseada numa hierarquia dinâmica, cujo fundamento terá que ser a disciplina conscientemente aceite e conscientemente exigida.

A CCPMFA, complementada e reforçada por outros Oficiais, constitui a 5.ª Divisão do EMGFA cujas funções, definidas no primeiro número deste Boletim, estão adaptadas e derivam da responsabilidade que as FA assumiram perante a Nação: garantir o cumprimento do Programa do MFA. Deste modo, procurando o próprio MFA o cumprimento do seu compromisso, assumido perante a Nação em 25 de Abril, não está disposto a dissolver-se no seio das FA mas, sim, a transformá-las na sua totalidade em MFA, consciente e decidido como estava, em 24 de Abril, ao arrancar para uma jornada que espera se transforme no mais glorioso e importante acto que jamais as FA cometeram.

O M. F. A. E O SEU INIMIGO

— A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA
NA PERSPECTIVA OPERACIONAL

Iniciou o MFA uma Guerra cuja batalha mais importante foi sem dúvida, até agora, a travada no próprio dia 25 de Abril. Todos esperamos — e desejamos — que venha mesmo a ser o único confronto armado de toda uma longa campanha que nos aguarda. No entanto, não se pode considerar desde já vencido o inimigo e é imperioso não lhe dar a oportunidade de se reorganizar, nem consentir que tente uma recuperação que poderia mesmo fazer perigar as conquistas já alcançadas. Só atacando sempre, jamais largando a iniciativa, mas sem menosprezar as capacidades do inimigo — como mandam as boas regras do combate — se poderá finalmente atingir o objectivo essencial, de todas as guerras: a destruição total da força inimiga, o aniquilamento da sua vontade de combater.

Para avançar nesse sentido, torna-se necessário proceder a análises permanentes de relação de forças (estudo de situação), alterando sem hesitar, se for caso disso, toda a concepção de manobra e consequente ordem de operações.

A alínea do estudo de situação que nos propomos hoje aqui analisar é precisamente a que diz respeito ao inimigo.

Começamos por recordar a concepção de inimigo que serviu de base à primeira ordem de operações do MFA: o fascismo, com toda a sua máquina governativa, repressiva, exploradora ou simplesmente colaborante. Coloquemos em seguida a primeira pergunta a nós próprios: Será que o inimigo mudou, ou se mantém o mesmo? A resposta só pode evidentemente ser uma: é o mesmo e, ainda que entencido e bastante abalado pela grande derrota inicial, a sua capacidade de combate continua forte; e reagirá, de mil maneiras, se não montarmos uma vigilância e um mecanismo de resposta tais que o impeçam de levantar a cabeça.

Não obstante, os estudos de situação realizados após o 25 de Abril requerem grande lucidez e frieza de análise para que as suas conclusões não sejam obscuras ou mesmo adulteradas por factores secundários. Pois é facto que o dispositivo das forças em presença não é agora tão nitidamente identificável quanto o era anteriormente. Não só o inimigo, em estado de necessidade, se tornou ardiloso e recorre a múltiplas formas de infiltração, algumas difíceis de detectar; como ainda, outras forças, que se teria pensado de início poderem vir a integrar-se numa ordem de batalha comum, têm demonstrado não aceitar qualquer estratégia unificada, criando diversões constantes que enfraquecem a vigilância e assim objectivamente favorecem o inimigo.

Esta complexidade da situação operacional tem perturbado alguns militares, mau grado a sua experiência em teatros de guerra coloniais onde a ambiguidade de actuação dos grupos adversários era regra.

Tal perturbação psicológica, caso viesse a atingir o espírito de algum militar do MFA, constituiria uma apreciável vitória do inimigo.

Haverá pois que estar alerta e saber destrinçar em todas as ocasiões o inimigo principal das forças de diversão.

O verdadeiro inimigo continua a ser o mesmo, o fascismo apeado, mas não totalmente desmantelado em 25 de Abril. Ele está a reagrupar-se, tentando infiltrar-se debaixo de todas as máscaras.

Não nos deixemos, por exemplo, iludir com falsas aparências de conservadorismo. Quem mantenha uma atitude de conservador em relação à situação anterior ao 25 de Abril, não é senão um fascista. Não de-

(Continua na pág. 4)

NOTA
DA
REDACÇÃO

Prestes a sair o primeiro número deste Boletim várias alternativas se puseram quanto à sua divulgação. Admitiu-se que numa fase inicial ele visaria somente as Forças Armadas, sendo portanto a sua distribuição feita apenas nas Unidades e Serviços dos três Ramos e Forças Militarizadas. O Boletim destina-se, na realidade e fundamentalmente, à consciencialização e esclarecimento dos oficiais, sargentos e praças de forma a garantir que a actuação das FA's e Militarizadas em todas as circunstâncias — quer nas próprias unidades, quer no exterior — tenha sempre como norma o cumprimento do Programa do MFA e, consequentemente, a defesa dos interesses do Povo Português.

Como, portanto, apenas se destinava a circulação interna, não se previu uma apresentação aos órgãos de Comunicação Social, como é regra quando do lançamento de novas publicações periódicas.

Sucedeu, contudo, que a RTP fez referência ao Boletim no seu teletjornal das 21 horas do passado dia 18 — aliás muito elogiosa, o que nos apraz reconhecer — e, em consequência, quer quizessemos quer não, todo o País ficou a conhecer a nossa existência. Nos dias seguintes, quase todos os jornais se referiam também ao aparecimento do Boletim, transcrevendo parte ou a totalidade dos artigos nele inseridos, acompanhados de palavras de aplauso e salientando a sua oportunidade, no momento em que as forças reaccionárias e divisionistas tentam atingir o próprio MFA.

Resulta grande satisfação para nós verificar que, mesmo sem ter havido qualquer publicidade prévia, pelo contrário, o "MOVIMENTO" — designação que escolhemos para o nosso Boletim — correu rapidamente de mão em mão, saiu dos quartéis, dos navios, das bases e chegou aos órgãos de informação e foi lido pelo povo. Esta é a prova indiscutível de que os pontos de vista do MFA despertam o interesse colectivo e que o Povo Português continua com os olhos postos nas suas Forças Armadas confiando na sua firmeza e vigilância.

Conforme já demos a entender no primeiro número, há muito de amorosidade e muitas insuficiências no conteúdo e execução e, até, na distribuição do nosso Boletim. A medida que a 5.ª Divisão for completando a sua organização e logo que obtido o corpo redactorial que necessitamos e ainda não possuímos, poderemos apresentar um Boletim cada vez mais digno do acto revolucionário que cometemos em 25 de Abril.

Cumprimo-nos a todos nós militares das FA's, não desiludir essa confiança e continuar, com o Povo de que somos parte, a tarefa exaltante da construção de um Portugal renovado e democrático.

Quando ocorreram os últimos acontecimentos, já o nosso Boletim se encontrava em fase avançada de coordenação e composição. Por isso inserimos uma folha suplementar onde abordamos esses factos. A temática deste segundo Boletim, onde mostrávamos a nossa preocupação pelas manobras reaccionárias que se desenhavam, foi confirmada pela tentativa de golpe fascista, portanto esmagado pelo MFA e pelo Povo.

O verdadeiro
inimigo do MFA
é a reacção

NOTICIÁRIO DO M. F. A.

Não se pode dar
liberdade aos inimigos
da própria liberdade

DO MFA EM ANGOLA

No dia 19 no palácio do Governo em Luanda estiveram reunidos 500 oficiais dos três Ramos das Forças Armadas que aprovaram a seguinte Moção:

MOÇÃO

- Considerando que é questão primordial a concretização do compromisso assumido pelo Movimento das Forças Armadas perante o País, ao responsabilizar-se pela condução de uma política Ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos.
- Considerando a necessidade de nos mantermos unidos e coesos como garante de desenvolvimento do processo de democratização e descolonização em curso.
- Considerando que qualquer tentativa de comprometimento dos objectivos de descolonização em curso e dos acordos já elaborados visa essencialmente abalar os Órgãos de Soberania e, através destes, o próprio Movimento das Forças Armadas, impedindo portanto, a realização do seu programa.
- Considerando a necessidade de respeitar o já proclamado princípio do direito à autodeterminação e independência dos povos colonizados, declaração essa que restituiu a Portugal a justa aceitação internacional, depois de meio século de isolamento e ostracismo a que uma política colonial irresponsável o submeteu.
- Considerando a necessidade de reforçar os laços de amizade entre o Povo Português e os povos dos territórios que estiveram submetidos ao colonialismo português, como forma de sanar os ódios e desconfianças gerados pela dominação colonial e como condição essencial para estreitar as futuras relações de Portugal com os novos Estados independentes.

OS OFICIAIS REUNIDOS EM PLENÁRIO

- 1.º Perante os acontecimentos de Moçambique, manifestam a maior repulsa pelas manobras provocatórias e agressivas, conduzidas por minorias reacçãoárias a quem o antigo regime colonial fascista garantia todos os privilégios sem o mínimo respeito pelos mais elementares direitos da esmagadora maioria da população moçambicana e afirmam a sua solidariedade aos camaradas das Forças Armadas que, em Moçambique, actuam assegurando o cumprimento dos acordos de Lusaka.
- 2.º Reafirmam a sua intransigente fidelidade ao Programa do Movimento das Forças Armadas, sem hesitar na efectivação de uma descolonização real em Angola, na sequência do compromisso internacional assumido por Portugal ao reconhecer o direito à autodeterminação e independência dos povos colonizados, comprometendo-se a:
 - a) Manter permanente vigilância para impedir todas as manobras da reacção, organizadas por grupos extremistas e evitar a sua infiltração nas Forças Armadas.
 - b) Reforçar a unidade e coesão entre todos os Ramos das Forças Armadas, com vista à construção de uma Angola independente que dignifique o Povo Angolano e o Povo Português.

- 3.º Tomam consciência da responsabilidade de todos os quadros das Forças Armadas, especialmente os escalões de Comando e Chefia, como garantes da consolidação dos princípios democráticos já conquistados e do respeito e aceleração do processo de descolonização iniciado, objectivos que têm de constituir, para as Forças Armadas, imperativo de missão.
- 4.º Consideram urgente, como contributo para a consolidação da disciplina e hierarquia, a tarefa de consciencialização e esclarecimento político, isenta de propaganda partidária, estendida a todos os níveis das Forças Armadas.
- 5.º Repudiam acções oportunistas e sectárias de feição individualista, dentro das Forças Armadas, que visem obter privilégios pessoais.
- 6.º Condenam todas as manobras diversionistas cujos objectivos sejam desagregar o Movimento das Forças Armadas, comprometendo a concretização do seu programa.
- 7.º Na actual conjuntura:
 - a) Reconhecem que a concretização do processo de descolonização não poderá deixar de ter em conta os verdadeiros representantes do povo Angolano.
 - b) Reiteram todo o seu apoio à Junta Governativa de Angola e ao Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, como base unitária para impedir qualquer tentativa reacçãoária de assalto ao Poder ou qualquer manobra de natureza separatista.

ass) UM GRUPO DE OFICIAIS DOS TRÊS RAMOS DAS F. A.

AVISOS

Pede-se a todos os militares que alertem a 5.ª Divisão, EMGFA quanto a factos relacionados com a forma como decorre o cumprimento do Programa do MFA, nos diferentes sectores, locais de trabalho, ou meios com o qual tenham relações.

Com o fim de organizar o livro histórico do MFA, pede-se a todos os militares que participaram no processo do 25 de Abril que nos enviem os relatos das suas intervenções por mais simples que possam parecer.

O MFA NA TOMADA DE POSSE DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Deslocou-se a Moçambique por ocasião da tomada de posse do governo de transição, uma delegação do Movimento das Forças Armadas, composta por três elementos da sua Comissão Coordenadora do Programa, Capitão-tenente Almada Contreiras, Major da Força Aérea Canto e Castro e Capitão do Exército Pinto Soares.

O MFA NA GUINÉ-BISSAU

Deslocou-se à República da Guiné-Bissau para assistir às cerimónias comemorativas da independência daquele estado uma delegação do MFA constituída pelo Capitão do Exército Diniz Almeida, Primeiro-tenente da Armada Ramiro Correia e Tenente Godinho da Força Aérea.

PROGRAMA RÁDIO DAS FA'S

É do conhecimento geral que, do antecedente, a EN transmitia às 3.ª e 6.ª feiras, das 18.30 às 19.00 horas, através da onda média 1, o programa das "Forças Armadas".

Após o 25 de Abril, esse horário tem sido mantido, embora tenham sido introduzidas modificações na estrutura radiofónica e na temática dos programas, com consequência natural da nova situação político-social.

Só agora, no entanto, com a formação da 5.ª Divisão do EMGFA — à qual compete orientar e superintender todos os meios de informação ao dispor das FA's — se criaram condições para poder completamente integrar o Programa Rádio das FA's dentro da linha geral doutrinária proclamada pelo Programa do MFA.

Uma das principais missões a atribuir ao programa rádio será — através de intervenções curtas e linguagem simples — tornar assimiláveis os artigos de desenvolvimento teórico publicado no Boletim, em particular, para os escalões militares de menor preparação intelectual.

Estão em estudo novos horários e rubricas prevendo-se, para já, emissões trissemanais (3.ªs, 5.ªs e 6.ªs das 18.15 às 19.00) e a cedência dos programas gravados em bobine para transmissão nos circuitos internos radiofónicos existentes nas Unidades.

Solicita-se aos comandos e chefias e a todos os militares que escutam — ou venham a escutar — o Programa rádio "Forças Armadas," que façam chegar à 5.ª DIV. do EMGFA, — Serviço de Informação Pública das Forças Armadas (SIPFA) — Rua Presidente Arriaga, n.º 6-2.º Lisboa, todas as sugestões, indicações concretas de carácter técnico-radiofónico e apreciações que julguem concorrer para uma eficaz aproveitamento deste meio de informação.

DO MFA DE MOÇAMBIQUE

De uma comissão de sargentos dos três ramos das Forças Armadas de Moçambique foi recebido um Projecto de Estatuto dos Sargentos dos Três Ramos das Forças Armadas.

O estudo, que pode considerar-se muito bem elaborado, foca assuntos julgados da maior actualidade e de premente necessidade a incluir num futuro Estatuto do Sargento bem como propostas de legislação extra-estatuto considerados, por aquela comissão, da mais alta importância para uma classe sempre atenta às necessidades nacionais e, como tal, merecedora do maior respeito por parte das Forças Armadas.

Foi, já, providenciado o encaminhamento deste estudo para a entidade encarregada da elaboração do Estatuto dos Sargentos das Forças Armadas.

COMUNICADO DA COMISSÃO DE REORGANIZAÇÃO DA GNR, PSP E GF

Como é do conhecimento geral são frequentes as críticas efectuadas à actuação das Forças Militarizadas, nomeadamente Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

A este respeito entendeu o EMGFA ser conveniente difundir o seguinte comunicado:

1. Na queda do regime deposto, em 25 de Abril, pelo Movimento das Forças Armadas, saudada e vivida pelo Povo Português, seria injustiça não incluir, também, a anuência da grande maioria dos elementos das Forças Militarizadas ao espírito do Movimento.

2. Essa anuência e aceitação tácitas tiveram como principal origem a determinação de mudança que o seu pessoal, originário das Forças Armadas e do Povo, também aceitou e desejou.

3. A Nação Portuguesa não pode prescindir da calma, da paz social e da segurança, indispensáveis à prossecução da nova vida nacional.

Com vista a esta finalidade, reconheceu-se a urgência de promover a revisão das missões atribuídas e dos métodos de actuação das forças militarizadas, por forma a melhor corresponderem aos desejos e necessidades das populações. Estas, na sua esmagadora maioria, aceitam e até desejam a sua presença, na convivência dos seus problemas quotidianos de tranquilidade cívica e de segurança das pessoas e dos bens.

4. Assim, e em conformidade com o Programa do Movimento das Forças Armadas, foi decidida uma reestruturação profunda, a nível nacional, englobando numa primeira fase as duas corporações mais afins — GNR e PSP — e, em fases posteriores, a Guarda Fiscal e as outras forças de índole policial diversificadas, agora na dependência de vários ministérios.

Paralelamente foram tomadas medidas imediatas e a curto prazo, no âmbito das próprias corporações, com vista às remodelações e inovações possíveis e estão já lançados os estudos mais demorados que aquela reestruturação global exige.

5. Entretanto, enquanto estas alterações, necessariamente complexas e demoradas, se processam, espera-se que os portugueses, cientes da necessidade de estruturas legais que vigiem e defendam as liberdades democráticas alcançadas, saibam contribuir com a sua serenidade e a sua colaboração para o desejável aperfeiçoamento das relações entre a comunidade nacional e os seus agentes da autoridade.

REUNIÕES INFORMAIS DE ESCLARECIMENTO

Vêm-se efectuando na Cova da Moura reuniões informais com oficiais do Exército das várias unidades de Lisboa com a finalidade de esclarecimento sobre vários assuntos de interesse para as Forças Armadas.

MEMÓRIA AO

CAPITÃO SANTOS COELHO

Em 9 de Setembro de 1974 faleceu num desastre de viação, entre Alcácer do Sal e Grândola, o Capitão do Serviço de Administração Militar Carlos Albino dos Santos Coelho, que prestava serviço no Comando Geral da Guarda Fiscal.

Cidadão esclarecido e militar competente, defendeu sempre ao longo da sua vida os ideais democráticos que inspiraram o Movimento das Forças Armadas, ao qual aderiu voluntariamente, dando todo o seu entusiasmo e dedicação à causa do Povo Português.

Esteve sempre na vanguarda das forças progressistas, dando-se de alma e coração ao processo desencadeado antes do 25 de Abril onde desempenhou com entusiasmo as missões que lhe foram atribuídas.

A morte deste camarada é uma perda não só para as FA como para os valores morais do património nacional.

Para com o Capitão Santos Coelho persistirá sempre uma dívida de gratidão de todos os militares e dos cidadãos que hoje podem gozar do privilégio de pertencer a um país que constrói a sua vivência democrática.

Prestemos homenagem à sua memória e saibamos ser dignos dos ideais que ele conosco partilhou.

MFA EM ANGOLA

Saúdo no dia 15 de Setembro o primeiro número do Jornal "Abertura" porta-voz do MFA em Angola.

Com grande satisfação passamos a transcrever alguns extractos do seu editorial:

"Em 25 de Abril de 1974, as FA assumiram perante a Nação responsabilidades imensas. Reaquirindo o seu prestígio que se decompusera ao deixar-se transformar no instrumento dum regime abusivo e totalitário, tornou-se para a Nação num símbolo, que consubstancia uma manifestação de esperança".

"Para o cumprimento da missão, que as FA se impuseram e a que a Nação deu o mais entusiástico apoio, têm as mesmas de se manter irredutivelmente UNIDAS: VIGILANTES E ESCLARECIDAS".

"As FA não podem, sem de novo se desprestigiar perante a Nação, que nelas depositou o peso das esperanças, limitar-se a anunciar a pureza e isenção dos princípios do seu Programa. As responsabilidades assumidas, incluem a adopção de medidas que assegurem a sua aplicação e o respeito pelo ideal que o formou".

Conscientes da importância que poderá ter este jornal no processo de descolonização de Angola, através da interpretação e esclarecimento do Programa do MFA, numa forma correcta e progressista, daqui saudamos efusivamente os camaradas que prestam serviço em Angola e muito especialmente os que mais directamente contribuem, de alguma forma, na elaboração do "ABERTURA".



UMA "ABERTURA" E UM PROPÓSITO

DA DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS AO PROBLEMA DA DESCOLONIZAÇÃO

REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU
TERCEIRO PAÍS DE LÍNGUA PORTUGUESA

ARMADA

Do 3.º Boletim Informativo da Comissão Coordenadora da Assembleia de Delegados dos Oficiais da Armada, transcrevemos o seguinte:

POR UM PORTUGAL MELHOR

Para a reconstrução de um PORTUGAL NOVO em que reine a PAZ, a JUSTIÇA SOCIAL e a LIBERDADE, impõe-se, mais do que nunca, uma firme coesão das FORÇAS MILITARES e o seu incondicional apoio ao PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS;

Não se podem permitir manobras insensatas, nem criminosas, que tendem a opor-se às linhas democráticas da vontade do povo, nem permitir-se a organização de grupos contra-revolucionários, tendentes a defender os exclusivos interesses de determinadas camadas minoritárias, cerceando as nossas justas liberdades.

Só com a consciencialização e dignificação de todas as massas trabalhadoras e a abdicção do egoísmo pessoal se pode reconstruir o País.

Camaradas, independentemente das ideologias políticas que vos possam animar, apelamos para que lutem para uma maior coesão das FORÇAS ARMADAS e pelo ressurgimento de uma MARINHA DEMOCRÁTICA, que unida com o POVO, garanta a reconstrução de um PORTUGAL NOVO.

CHILE Uma Revolução Militar Trágica

Em 11 de Setembro de 1973, as Forças Armadas tomam conta do poder no Chile.

Todo o mundo tem bem presente o espanto e horror dessa revolução sangrenta, assassina, que ao fim de um ano, conta já com 30 000 mortos, 20 000 presos políticos, centenas de milhares em fuga, cria a miséria e a fome, governa pelo terror e pela tortura.

Como é realmente possível que homens fardados, que se proclamam ao serviço de ideais patrióticos, possam cometer tais crimes, contra o seu próprio país?

Como poderemos nós militares do 25 de Abril portugueses, que nos revoltámos para libertar o povo e com ele estamos comungando a mesma alegria, compreender esta tragédia?

Para que esta revolução militar trágica, possa ser entendida, torna-se necessário partir da análise de características tradicionais das forças armadas chilenas, e de evolução político-social do seu País.

O Chile é uma muito longa faixa de terra entalada entre a cordilheira dos Andes e o oceano Pacífico. Para uma largura máxima de 350 Km (Portugal: 220 Km) apresenta um comprimento superior a 4 200 Km (Portugal: 560 Km).

Sendo a fronteira terrestre de extensão sensivelmente igual à da costa marítima, é no entanto, o Exército a força militar preponderante. A importância relativa das forças terrestres no conjunto das FA's, tem como causa remota as vitórias alcançadas pelo Exército nas guerras de conquista (1879/81) desencadeadas contra os países ao norte — Perú e Bolívia —, e nas quais o Chile, servindo de instrumento aos designios imperialistas mundiais, se apoderou das regiões onde se situam os grandes jazigos de cobre e nitratos que logo passaram a ser explorados por companhias inglesas e americanas.

O Exército chileno tem, desde então, sido mantido em alto nível de preparação, não lhe faltando ao longo dos anos, nem verbas nem privilégios, de modo a estar sempre pronto a repelir uma eventual "desforra" dos países espoliados; ou seja, na realidade, postado de sentinela às preciosas minas de cobre.

As Forças Armadas garantem que servirão a Nação Portuguesa de acordo com os seus designios, expressos livre e democraticamente

A obsessão da "agressão exterior" justificou uma profissionalização intensiva das FA's chilenas, levando o Exército a adoptar o modelo prussiano, reputado como sendo da maior eficácia até final da II Guerra Mundial. A influência alemã/nazi foi tão notória que ainda hoje

(1974), o próprio fardamento (capacete, botas, etc.) é o da Werchtmach; as tropas desfiliam em "passo de ganso"; os retratos de Hitler adornam os gabinetes de muitos generais.

O conceito de disciplina continua sendo o germânico. As relações hierárquicas situam-se no plano de imposição da autoridade, pela força, se necessário. É vulgar os superiores castigarem corporalmente os soldados e insultarem os oficiais. Pretende-se assim — e pelo condicionamento psicológico — conseguir que os "inferiores" reajam como autómatos deixando de pensar por si próprios.

O serviço militar é obrigatório e igual para todos os recrutados, não sendo concebível a existência de um quadro de oficiais milicianos. O corpo de oficiais de carreira é educado em escolas segregadas, onde se lhes pretende inculcar hábitos e mentalidade de casta. Os oficiais julgam-se puros e isentos; e, de facto, as FA's chilenas eram apontadas como o modelo único e exemplar na América Latina. Na história moderna, são os militares só interviram, ao nível do Estado — e discretamente — quando os interesses da burguesia estavam ou pareciam ameaçados. Embora se registem inúmeros casos de intervenções menos elegantes contra mineiros e trabalhadores rurais, reprimidos com a mais sanguinária violência sempre que manifestavam espírito reivindicativo.

Depois da II Guerra Mundial a influência alemã foi sendo substituída pela americana. O sucesso na carreira passa a depender da frequência de cursos em Fort Knox ou noutras escolas militares dos E. U. A.

Ali se formam em técnicas anti-subversivas em que, à falta de agressor real, o inimigo passa a ser a classe operária do seu país, "os comunistas", como genericamente se chamam todos os que põem em causa o domínio da burguesia monopolista.

No entanto, esta tentativa de virar as FA's contra o seu próprio povo, não se poderia passar sem provocar profundas e fortes tensões internas; de que resultou o compromisso expresso na "Doutrina Institucional das FA's", sagrando o princípio da não-intervenção dos militares nos assuntos do Estado e a proibição de ocupar cargos públicos ou privados.

Entretanto aproxima-se o fim do governo de Eduardo Frei (democracia cristã). Eleito em 1964 tentou, sem êxito suster a crise económica e resolver os conflitos sociais. Na perspectiva de novas eleições, constituiu-se em 1968, a Unidade Popular, agrupando o Partido Socialista (de Salvador Allende), o Partido Comunista, o MAPU (Movimento de Acção Popular Unitário) e outros de menor importância.

A camada mais reaccionária das FA, temendo uma possível vitória da Unidade Popular e do seu programa de reforma agrária e nacionalização das minas, manda o apolitismo às urtigas e toma a iniciativa. Por intermédio

do Gen. R. Viaux, exige o reforço do apetrechamento militar e medidas de modificação do dispositivo das unidades que encobrem (mal) intenções pré-golpistas.

Esta acção é denunciada e desarticulada pelo Chefe do E. M., Gen. Schneider, sincero patriota e escrupuloso cumpridor do estatuto do apolitismo. Roberto Viaux é demitido e passa a conspirar com o CIA.

Em 4 de Setembro de 1970 realizam-se as eleições para Presidente da República. Salvador Allende ganha a maioria: 36,3% contra 34,9% do candidato conservador e 27,8% do candidato da democracia cristã.

Até à confirmação pelo Parlamento — 25 de Outubro de 1970 — anunciaram-se várias conjuras militares e são presos oficiais reformados cuja integração em grupos terroristas da extrema direita fica provada.

O Gen. Schneider, que assegura publicamente o respeito das FA da decisão que viesse a ser tomada pelo parlamento é assassinado nas ruas de Santiago, na ante-véspera, por comandos accionados pelo antigo camarada Viaux.

Uma vez mais as direitas demonstravam que quando lhes escasseiam votos substituem-nos por tiros.

Este crime infame, que pretendia forçar as FA's a assumir o poder, teve resultado inverso. O imenso abalo sentido pelo povo chileno e dentro das fileiras, lembra ao Parlamento o seu de-

São de carácter muito geral estes artigos sobre o Chile e o Perú. Devido ao interesse de que se reveste, especialmente para os militares, a compreensão da situação socio-político-económica e do papel que as Forças Armadas aí desempenham, tencionamos em números próximos, iniciar análises sectoriais circunstanciadas sobre estes Países

ver democrático. Salvador Allende é investido nas funções de Presidente da República chilena.

A Unidade Popular vai governar por 3 anos, no meio das maiores dificuldades, tentando impulsionar um programa socializante, sem poder modificar a estrutura legal burguesa, pois o Parlamento não dispunha da maioria absoluta. Por outro lado os EUA concorrem por todos os meios ao seu alcance para aumentar essas dificuldades internas e acelerar a ruína da economia chilena. Cortam os créditos externos; promovem a quebra artificial do preço mundial do cobre (de 745 libras a tonelada, para 408); montam, por intermédio da ITT associada à CIA, uma vasta operação conspirativa visando atirar as FA's chilenas para o golpe militar.

As provocações dos reaccionários sucedem-se e crescem em audácia e amplitude. Em Novembro de 1972, a greve dos proprietários (lock-out) das empresas de transportes rodoviários coloca o país à beira do caos. Allende decreta o estado de emergência e chama para o Governo, (Interior) o Gen. Carlos Prats, comandante-chefe do Exército e seu amigo pessoal; outros dois militares tomam conta das pastas da Defesa e Transportes.

A crise é superada não sem que a extrema-esquerda (MIR) se

(Continua na pág. 4)

PERU Uma Revolução Militar Original

Quando os militares entraram no Palácio Pizarro, despertando dos seus devaneios de governança, o presidente Belaunde Terry, podia pensar-se que se tratava de uma mera transferência de poderes do sector político civil, cuja deterioração era patente, para as Forças Armadas. Cedo se percebeu que havia mais do que isso, que se tratava de uma nova e original concepção do regime militar porque, para que a sociedade começasse a mudar de forma fundamental, explica o General Velasco Alvarado, foi necessário que as Forças Armadas mudassem primeiro. Se a mudança não se revelou tão rápida e profunda quanto era desejado pelas forças mais progressistas — afinal tratava-se de uma elite militar embora de ascendência não oligárquica — o certo é que o Perú embarcava numa experiência nova, propondo soluções originais para os seus problemas.

Quanto ao "modelo peruano", sendo uma das suas principais características a sua dinâmica interna evidenciada ao longo de 6 anos de existência, assenta no entanto em proposições

zação rural: as cooperativas agro-industriais; as sociedades agrícolas de interesse social — SAIS — onde os camponeses são donos e gestores; e as comunidades camponesas, isto é, as tradicionais comunidades índias, agora com a intervenção técnica e monetária do Estado para superar as suas carências. No Perú, o cooperativismo substituiu a improvisação, a comunidade é a única proprietária das terras comunais, os membros usufrutuários redigem os seus próprios regulamentos. A sua autonomia é ratificada por lei e o poder é atribuído aos camponeses para tomarem as suas próprias decisões e nomearem os seus delegados.

Ensino:

Foram tomadas neste campo, decisões de alto interesse social:

— O ensino é agora gratuito a todos os níveis e sem exames de admissão.

— Foi dado o maior relevo à educação técnica e uma preocupação muito especial às crianças índias, estabelecendo a escolaridade sem que haja discriminação racial no acesso às escolas.

Economia:

Neste domínio tomou já o governo revolucionário peruano medidas que ultrapassam as simples reformas conjunturiais:

— Os bancos deverão ter pelo menos 75% de capital acionário peruano e no futuro 100%.

— Foi decretada a nacionalização da ITT, cujas manobras de sabotagem e intervenção ainda não eram conhecidas. Esta nacionalização, que provocou indignados protestos dos E. U. A., foi o prelúdio da decisão de obter o controle estatal das rádio-comunicações do País.

— Pela "lei de mineria" o Estado passa a ter o controle da comercialização e refinação dos metais. Nesse documento foram esboçados os órgãos de cogestão operário-industrial, que em forma de comunidades mineiras se tornaram obrigatórias a partir de 1971.

Assim os trabalhadores passaram a obter 50% das acções das empresas através da reinversão parcial dos seus benefícios, bem como crescente representação na administração, até chegar à perfeita igualdade com os empresários.

Democratização:

Uma das preocupações dos militares peruanos é de que a sua revolução se desenvolva em paz, ordem e liberdade. Isso só tem sido possível na medida em que o sistema conta com o apoio de amplos sectores populares, em que a actividade política partidária é permitida e que o País goza de um clima de liberdade onde as teses são postas e refutadas, em que os conselhos são

(Continua na pág. 4)

aparentemente vagas e imprecisas:

— "Repudiamos o comunismo por intolerância, burocratização e totalitarismo".

— "Repudiamos o capitalismo porque leva à concentração do poder económico e político, à dependência externa, à marginalização das maiorias e ao fosso entre as classes sociais".

— "Estamos forjando o nosso modelo, dia a dia, e aperfeiçoando-o minuto a minuto".

O que significa que, para analisar a revolução peruana, é necessário estudar, para além de discursos e documentos, os factos concretos, as soluções diárias face aos acontecimentos externos e internos.

Vamos seguidamente, de uma maneira muito resumida, passar em revista os problemas da reforma agrária, ensino, economia e democratização no Perú.

Reforma Agrária:

A frase do General Alvarado "camponês, o patrão não se alimentará mais da tua pobreza", converteu-se em lema da reforma agrária ao sancionar o fim do latifúndio e do minifúndio: foi então impulsionado o cooperativismo e entregues aos camponeses as terras onde trabalhavam. Despertaram assim três formas inéditas de organi-

O M. F. A. E O SEU INIMIGO

(Continuação da pág. 1)

vemos ficar obsessinados com a agitação desordenada característica das forças de diversão vislumbrando aí a ameaça principal. Só os fascistas tentarão impedir, até ao último crime, que o Povo Português seja devidamente esclarecido e venha a decidir livre e democraticamente o seu destino, como consta do Programa do MFA. Sim, porque só eles fascistas têm algo a perder em relação à situação em que anteriormente se encontravam.

Nós, MFA, queremos que o Povo Português seja totalmente livre, que todos os nossos compatriotas possam manifestar as suas aspirações, mas jamais poderemos esquecer que a "liberdade de cada um acaba onde começa a liberdade dos outros" e portanto, num sistema democrático nunca poderá haver li-

berdade para os inimigos da própria liberdade.

Assim sendo e resumindo, poderemos concluir que o inimigo fascista se tenta adaptar à nova situação criada, tornando-se necessário desmascará-lo e que não devemos facilitar-se o sucesso tomando como inimigos e dirigindo o maior esforço de contra-ataque na direcção de forças diversionistas.

Estejamos atentos para todas as acções subversivas nomeadamente aquelas que se podem chamar de agressões psicológicas: boatos, calúnias, insinuações, falsas tomadas de posição, etc., e só assim unidas à volta do ideal que nos conduziu ao 25 de Abril alcançaremos os nossos objectivos finais, para grandeza e glória da Pátria Portuguesa.

CHILE — Uma Revolução Militar Trágica

(Continuação da pág. 3)

prive de redobrar os seus ataques a Allende, acusando-o agora de militarista, e incitando os soldados a não obedecer aos seus chefes.

Ora quando todos os inimigos do Chile e da sua original experiência socializante, aguardavam esperançosos os resultados das eleições legislativas de Março de 1973, eis que o povo chileno reforça o seu apoio a Allende. A Unidade Popular obtém 43,9% dos votos contra os 36,3% conseguidos em 1970 (mais 7,6%). Este resultado desnorteia e enfurece os reacçãoários. Terão que agir rapidamente, sem olhar aos meios.

Em 22 de Agosto a democracia cristã ao serviço da reacção propõe ao Parlamento, e este aprova, uma moção qualificando de ilegal o governo de U. Popular e pedindo às Forças Armadas para optarem em Executivo e o Legislativo. Entre 21 generais, só 4 se declaram fiéis ao respeito pela legislação constitucional. O Gen. Carlos Prats demite-se de comandante-chefe não querendo dividir as FA's e provocar a guerra civil.

Partidários de Allende propuseram-lhe a mobilização das massas populares e a distribuição de armas aos trabalhadores. Não o fez, para permanecer fiel ao seu juramento de construir o socialismo na legalidade... Ou não o pôde fazer por ser tarde demais.

Chile, 11 de Setembro de 1973. A madrugada não foi de alvoroço e de esperança. O dia não foi de cravos, quais corações a rebentar de contida emoção. Não houve loucos abraços de alegria, multidões vitoreando os soldados e marinheiros.

As colunas blindadas do exército chileno não avançaram para abrir o caminho à liberdade do seu povo. Vieram para o assassinar à traição, para o dominar pelo terror, para o entregar de pés e mãos atadas, à exploração voraz do imperialismo internacional.

Na noite de 10 para 11, comandos de militares na reserva e de activistas das direitas, abateram cerca de 2 000 oficiais, sargentos e praças, conhecidos pelos seus ideais democráticos.

Depois do golpe, muitos outros milhares foram enviados para o campo de concentração de S. Rosa de Huara, uma velha instalação mineira situada no deserto. Nenhuma informação de lá transpirou até agora. Oficiais e outros militares que revelem o mínimo sinal de compaixão quando mandados proceder a interrogatórios de presos, são sumariamente fuzilados por ordem das equipas de especialistas de polícia brasileira, que no dia seguinte ao golpe aterravam na capital. As forças armadas chilenas estão assim sendo transformadas em corpo profissional para a repressão, tortura e genocídio organizado.

Salvador Allende morreu de armas na mão recusando a rendição proposta pelos generais traidores. O palácio presidencial de La Moneda foi arrasado pelos tanques, pela artilharia, pela aviação. Dos seus escombros ergue-se e projecta-se sobre a história da humanidade a sombra do herói inultrapassável e dos seus companheiros militares e civis, que levaram intacto até à morte o juramento de fidelidade ao povo humilde da sua Pátria.

O que se passou e se passa no Chile diz respeito ao mundo inteiro. Diz-nos respeito particularmente a nós militares do 25 de Abril que assumimos a grandiosa responsabilidade histórica de restaurar e defender a democracia em Portugal, não só contra os ataques da reacção interna já evidentes, mas principalmente contra a inexorável ofensiva do imperialismo mundial.

O exemplo chileno é terrificante. Mostra-nos como o mito do apoliticismo permite que Forças Armadas de sólida mas cega preparação profissional sejam facilmente conduzidos à traição e convertidas em assassinos do seu próprio povo.

Mostra-nos por outro lado, que existe um factor original e tranquilizante na situação portuguesa, que se chama Movimento das Forças Armadas. E assim sendo e para que assim seja, não deixemos de reflectir a quem poderia vir a servir a dissolução do MFA, a sua divisão e enfraquecimento.

E a quem serve, aqui e agora?

A REACÇÃO TEM QUE SER COMBATIDA

Passaram cinco meses sobre o derrube do governo fascista. Até agora foram dados importantes passos em direcção à liquidação do fascismo e à construção duma sociedade democrática. É necessário prosseguir, com serenidade e firmeza, na renovação democrática em curso, consolidando as liberdades fundamentais, aplicando os princípios da descolonização, desmantelando as estruturas fascistas do País e, especialmente, cumprindo o Programa do MFA. É certo que tem havido determinados comportamentos e atitudes políticas que não têm a simpatia das massas populares, por serem contrárias aos seus interesses; no entanto, o desenvolvimento do processo de democratização tem prosseguido e há a registar que não podemos deixar que se criem condições para um contra-golpe reacçãoário, pois ainda restam às forças reacçãoárias suficiente capacidade e formas de manobra para sabotar e criar dificuldades à concretização dos objectivos prescritos no Programa do MFA e do Governo Provisório.

Neste momento, assiste-se a um crescimento destas forças que se têm manifestado provocando o agravamento da situação económica do País, gerando o descontentamento popular, criando o desemprego, a falência, paralisando serviços de interesse público, lançando na imprensa largas campanhas, altamente reacçãoárias e provocatórias, numa tentativa desesperada para criar uma situação económica e social que desprestigie, interna e externamente, o processo iniciado em 25 de Abril, que atenua a vigilância e mobilização populares e as substitua pela indeferença ou hostilidade e, mais importante que tudo, a generalização de conflitos em que se quebre a aliança entre as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas, entre o Povo e os militares.

Há que fazer todos os esforços no sentido de impedir que se quebre esta aliança e que se criem divisões nas Forças Armadas, pois só assim se pode barrar o caminho à reacção, que conta com a ajuda de elementos e instituições nacionais e internacionais que não hesitarão em criar o caos e a violência, pois só assim conseguirão os seus objectivos de opressão, exploração e morte. Não esqueçamos as lições do passado: semeando o pânico e o terror, a reacção vai apregoando que a ordem tem de ser mantida e que só ela o pode fazer, pelo que se torna necessário tomar o poder. O Chile é um exemplo bem vivo para ser esquecido!

Por outro lado, é necessário estar alerta para não se cair em revolucionarismos verbais, que não tendo em conta a correlação de forças políticas existentes, nem a análise concreta da situação política, económica e social, não distinguindo o essencial do secundário e desencadeando ataques contra as forças democráticas, criam perturbação e desagregação, que as forças reacçãoárias aproveitam imediatamente.

Mas o que se nota na situação política actual não são apenas os

comportamentos aventureiros ditos de extrema-esquerda. O que igualmente se desdenha são hesitações e temporizações de determinadas estruturas que, a não serem vencidas, constituirão o terreno óptimo para o desenvolver de manobras de travagem e desvio do processo de renovação democrática desejado pelo povo português e que as Forças Armadas se comprometeram fazer cumprir, constituindo o Programa do MFA e do Governo Provisório, bases assentes que têm de ser rigorosamente cumpridas, sem paralizações e abandonos de medidas fundamentais exigidas pela vontade popular.

O desmantelamento do fascismo está na ordem do dia: os criminosos e corruptos têm que ser julgados, começando pelos mais responsáveis. É uma existência nacional, pois a

Democracia não se poderá construir sobre os alicerces do passado e este não poderá ser esquecido, pois seria uma ingenuidade que se pagaria demasiado caro.

E aqui as Forças Armadas não podem ceder. Se cedem, estão a injectar sangue nas veias da reacção e a cavar a sepultura das conquistas alcançadas.

O perigo dominante vem da direita, que está a fazer tentativas em todos os sectores para se organizar no sentido de travar a democratização em curso e de criar condições favoráveis para ofensivas contra-revolucionárias de regresso ao fascismo. Há que dar-lhe combate sem tréguas, respondendo-lhe com organização, determinação de luta e vigilância, para que se atinja o objectivo fundamental: a Democracia.

PERU — Uma Revolução Militar Original

(Continuação da pág. 3)

ouvidos e aceites ou não, sem repressão. Seria, no entanto vão pensar que o poder da oligarquia foi totalmente eliminado. Tomando para seu proveito a existência de problemas reais, ela consegue criar situações difíceis em particular no Sul onde mostra a sua aptidão para mobilizar sectores industriais e a cobertura de defesa. A indiferença, os interesses... Não hesitou em recorrer a acções de terrorismo e sabotagem. No campo da contra-revolução assiste-se a uma estranha união entre o APRA (velho partido reacçãoário) e os esquerdistas para exacerbar os conflitos e atribuir ao regime actual a responsabilidade de problemas seculares, a fim de mobilizar o povo contra o governo revolucionário.

No fundo, estamos perante um sistema com várias equações em que as principais linhas de força são:

- As Forças Armadas embora com uma política global progressista e dinâmica, englobam no seu seio grupos que perseguem objectivos distintos. Não é motivo de desconfiança que o reflecte, mas onde estão inseridas.
- Apoio dos partidos progressistas à política do governo revolucionário.
- Oposição por parte dos partidos reacçãoários, representantes da oligarquia (tipo APRA); os esquerdistas fazendo por vezes objectivamente o mesmo jogo de oposição à política governamental.
- Acção diversificada de descrédito, ameaças e boicote a vários níveis, por parte dos E.U.A., Brasil, Bolívia, México e Chile.

A cada tomada de posição dos militares, a cada esboço de

mudança, a minoria dos ricos move as suas pedras, toma posição no jogo. Esse outro poder, esses grupos do alto comércio e da indústria, são os antigos senhores da terra que mudaram de nome para investir os seus lucros noutros ramos de actividade. E se é certo que os militares detêm as rédeas do poder, na prática parte da administração pública é controlada por outras mãos nem sempre visíveis. Os bens económicos do Perú são destinados à exportação — peixe, farinha de peixe, cobre — e é em torno das empresas exportadoras que sobrevivem as indústrias satélites de controle externo, com capital, técnicos e equipamento estrangeiros.

O futuro da experiência governativa dos militares peruanos é incerto.

Poderá limitar-se a ser uma repetição de um governo populista tipo "peronista", caracterizado em última análise por transformações sociais que conduzam à desmobilização política dos sectores mais activos (operários, estudantes) e à domesticação de uma oposição bem comportada: — e este pode ser um modelo justificado pela fase histórica de desenvolvimento da sociedade peruana; ou poderá continuar em frente na construção de um País onde a abolição dos privilégios seja uma realidade, onde os explorados passem a ter assegurado não só o pão mas também o direito de participarem e de decidirem.

Competirá às camadas jovens das Forças Armadas peruanas, à sua ala de vanguarda democrática em estreita aliança com as massas populares, imprimir o dinamismo necessário ao processo em curso, para que ele não cristalize e, portanto, não morra nas mãos dos velhos generais que em 1968, iniciaram patrioticamente a modernização das estruturas arcaicas herdadas da época colonial.

COMUNICADOS

A resposta à unidade das Forças Armadas

COMUNICADO DO MINISTRO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Governo Provisório tem conhecimento que, em diversos pontos do País e sobre os acessos a Lisboa, estão montadas barricadas para impedir o trânsito de veículos que transportam pessoal que se dirige a Lisboa a fim de tomar parte na manifestação a Sua Excelência o Presidente da República que se realiza hoje, 28.

A fim de salvaguardar a paz e a tranquilidade entre os portugueses essas barricadas devem ser levantadas imediatamente, permitindo assim o trânsito dos veículos. O Governo Provisório declara que estão asseguradas as condições para que a manifestação a Sua Excelência o Presidente da República decorra com ordem e dignidade.

Os portugueses, conscientes do processo de democratização em curso, tudo devem fazer para evitar quaisquer confrontos e contra-manifestações, das quais poderá resultar derramamento de sangue e um clima de guerra civil que só poderá aproveitar aos que se opõem à actual situação democrática.

O Governo Provisório reitira o apelo à ordem e à tranquilidade públicas e comunica ao País que tomará as medidas que julgar convenientes para restabelecer a ordem.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA ATRAVES DO M. C. S.

Face à alteração da ordem pública que se verificou durante a madrugada de hoje, não julga S. Ex.ª o Presidente da República conveniente que se realize a anunciada manifestação da Praça do Império, com o fim de evitar possíveis confrontos.

Transmitido pela Emissora Nacional pelas 12,30 horas.

COMUNICADO N.º 1 DO MFA

1.º Tem-se assistido nos últimos tempos a uma escalada de actividades de indivíduos ligados aos meios mais reaccionários os quais não compreendendo a necessidade histórica do Movimento 25 de Abril tentam fazer reviver um passado condenado bem claramente pelo povo português e por todo o mundo.

2.º As actividades desenvolvidas vão desde a manobra sediciosa à criação de um estado psicológico emocional passando por tráfico de armas e sabotagem económica.

3.º Com vista a garantir que a marcha para a nova sociedade democrática inequivocamente expressa no programa do MFA não sofra desvios foram detidos para averiguações algumas dezenas de indivíduos na madrugada de hoje.

4.º A operação mencionada no número anterior implicou movimentação de forças militares que como é óbvio não podia previamente ser anunciada. Tal originou um certo alarme mas o MFA continuando determinado no cumprimento do seu programa pede serenidade ao país garantindo-lhe que se mantém vigilante e capaz de responder a qualquer manobra da reacção.

COMUNICADO N.º 2 DO MFA

Informa-se o país que a manifestação promovida em nome de uma auto-denominada maioria silenciosa que teria lugar em Belém hoje pelas 15,00 horas foi cancelada. Pede-se à população de Lisboa que se mantenha calma, acatando prontamente as instruções das FA's e se afaste do local previsto para a concentração.

COMUNICADO N.º 3 DO MFA

Forças militares e militarizadas em estreita colaboração vão ocupar os locais de piquete.

Pede-se à população que tenha total confiança nas referidas forças que virão actuar sob orientação directa do COPCON.

Mais se pede às forças democráticas que tanto têm colaborado com o MFA que devem promover a retirada dos piquetes pois a situação nacional já não justifica tal estado de mobilização das populações.

O MFA declara-se intransigente defensor dos interesses do povo português e da democracia e disposto a continuar a reprimir com toda a severidade qualquer tentativa reaccionária.

COMUNICADO N.º 4 DO MFA

Comunicado do MFA especialmente dirigido à população de Lisboa.

Com a finalidade de evitar possíveis atritos e proceder ao descongestionamento do trânsito, forças militares e militarizadas, vão ocupar os locais onde até agora piquetes populares vão desenvolvendo acções cuja finalidade e propósito se regista com agrado.

Pede-se à população total confiança nas forças militares e militarizadas que, controladas pelo MFA, garantem um total respeito pelas vitórias alcançadas em 25 de Abril.

Acatar as indicações dessas forças é de momento, o melhor apoio que podem demonstrar à causa da democracia e à nunca desmentida generosidade da população.

COMUNICADO N.º 5 DO MFA

O MFA, no cumprimento rigoroso do seu programa e na certeza de interpretar os sentimentos profundos do povo português, tomou as medidas necessárias para neutralizar as manobras subversivas que visavam derrubar a ordem democrática instaurada a 25 de Abril, na sequência das medidas tomadas. O MFA informa que controla completamente a situação. A serenidade e a calma são neste momento a melhor forma da população manifestar a sua confiança na acção desenvolvida pelo MFA no sentido de tornar irreversível a construção da democracia em Portugal.

COMUNICADO N.º 6 DO MFA

O MFA pede às forças democráticas para promover a progressiva retirada dos piquetes dado que a sua manutenção não tem já justificação como dificulta a acção desenvolvida neste momento pelas FA com vista à neutralização completa dos elementos reaccionários que conspiravam contra a ordem democrática.

O MFA reafirma a sua total fidelidade ao Povo e a sua disposição de cumprir rigorosamente o seu programa de democratização do País.

COMUNICADO N.º 7 DO MFA

DA 5.ª DIVISÃO DO EMGFA

Está neste momento a decorrer uma reunião entre a Comissão Coordenadora do Programa e a Presidência da República. Procurou-se em face dos últimos acontecimentos, extrair as consequências políticas lógicas da situação "de facto" criada.

O MFA continua atento e vigilante a todas as manobras reaccionárias venham elas donde vierem. Não podem restar dúvidas a ninguém e muito menos ao MFA que o verdadeiro, o único inimigo da democracia e do espírito do 25 de Abril, é a reacção e os seus agentes.

Pede-se a toda a população que coopere e confie no poder de decisão dos representantes das FA intérpretes das aspirações do povo português de que são parte integrante.

COMUNICADO N.º 8 DO MFA

COMUNICADO DO BRIGADEIRO OTELO DE CARVALHO

O MFA no cumprimento rigoroso do seu programa e na certeza de interpretar os sentimentos profundos do Povo Português, de que é parte integrante, tomou as medidas necessárias para neutralizar as manobras reaccionárias que visavam derrubar a ordem democrática instaurada em 25 de Abril.

Na sequência das medidas tomadas o MFA que controla completamente a situação pede à população e às forças democráticas que cooperem com as FA e militarizadas na retirada progressiva dos piquetes, cuja finalidade se regista com agrado mas cuja manutenção já não se justifica, como dificulta a acção do MFA vista à neutralização definitiva dos elementos reaccionários que conspiravam contra a democracia.

Pede-se à população total confiança nas forças militares e militarizadas que, controladas pelo MFA sob orientação directa do COPCON garantem o respeito pelas vitórias alcançadas em 25 de Abril. A serenidade e a calma são, neste momento, a melhor forma da população manifestar a sua confiança na acção desenvolvida pelo MFA no sentido de tornar irreversível a construção da democracia em PORTUGAL. Não podem restar dúvidas a ninguém que os únicos inimigos da liberdade são os conspiradores reaccionários. Todas as tentativas para desviar noutra direcção as atenções do MFA e das forças patrióticas devem ser interpretadas como manobras de inspiração reaccionária ainda que assumidas inconscientemente. O MFA tem perfeita consciência de que a falta de informação pode criar estados de incerteza e de ansiedade susceptíveis de serem explorados por agentes provocadores. Contudo, o MFA garante que os destinos do País não serão decididos nas costas do Povo Português. O MFA reafirma a sua fidelidade ao povo e a sua disposição de cumprir rigorosamente o seu programa de democratização do País.

COMUNICADO N.º 9 DO MFA

5.ª Divisão do EMGFA — Comissão Coordenadora do MFA. Comunicado das 16,15 horas. Na reunião realizada entre S. Ex.ª o Presidente da República General António de Spínola, o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, General Costa Gomes e a Comissão Coordenadora do MFA, foram acordadas medidas concretas para reforçar e garantir a continuação da democratização do País dentro do espírito do programa do MFA. Foi ainda reafirmada a união entre o MFA e o Governo Provisório presidido pelo Brigadeiro Vasco Gonçalves.

COMUNICADO N.º 10 DO MFA

ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Comunicado do COPCON
Os piquetes e barragens constituídas na periferia de Lisboa por iniciativa popular foram rendidos pelas FA. Regista-se com apreço a compreensão da população. Graças à sua compreensão a situação está totalmente normalizada. Entretanto as FA têm necessidade de continuar a exercer uma acção de vigilância para garantir a consolidação da vitória alcançada sobre a conspiração reaccionária. Pede-se à população para continuar a seguir as instruções das FA que têm como único objectivo defender e consolidar o processo de democratização do país dentro do espírito de 25 de Abril.

"A RESPOSTA À UNIDADE DAS FORÇAS ARMADAS"

A unidade das Forças Armadas, condição indispensável para assegurar o desenvolvimento normal do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril, ficou uma vez mais inequivocamente demonstrada nesta grave crise.

Mesmo antes de qualquer iniciativa já nos chegava do MFA Guiné uma mensagem de incondicional apoio que transcrevemos:

Ao tomar conhecimento acontecimentos Lisboa noite 27/28 MFA Guiné decidiu:

1 — Manifestar camaradas Lisboa total incondicional apoio todas medidas tomadas com vista denunciar eliminar definitivamente atitudes reaccionárias de minorias pretendem entrar processo revolucionário em curso sem atender aos altos interesses do País e Povo Português.

2 — Exortar forças democráticas nacionais todos camaradas Forças Armadas manter alto espírito união torno ideologia democrática progressista expressa programa MFA permanecendo firmes vigilantes intransigentes na denúncia eliminação definitiva manobras reacção vista a construção do Portugal novo livre e democrático.

A rápida e decidida resposta às mensagens emitidas pela 5.ª Divisão EMGFA é a prova mais irrefutável da real unidade das Forças Armadas.

Na impossibilidade de transcrever todas as mensagens de apoio, até porque elas continuam a chegar a toda a hora, reproduzimos por ordem cronológica as mensagens da 5.ª Div. EMGFA e as respostas imediatas que elas suscitaram.

Mensagem emitida pela 5.ª Divisão EMGFA Grupo Data Hora 29 1445 A

De: MFA Lisboa 5.ª Div. EMGFA
Para: Todas unidades 3 Ramos FA do Continente Ilhas e Ultramar

"INFO todos os camaradas MFA controla situação militar atento todas possíveis manobras reaccionárias venham donde vierem. Transcreve-se parte mensagem MFA Guiné "Exortar Forças democráticas nacionais todos camaradas Forças Armadas manter alto espírito união torno ideologia democrática progressista expressa programa MFA permanecendo firmes vigilantes intransigentes na denúncia eliminação definitiva manobras reacção vista a construção do Portugal novo livre e democrático".

Mensagem emitida pela 5.ª Div. EMGFA Grupo Data Hora 30 1215 A
De: MFA Lisboa 5.ª Div. EMGFA
Para: Todas unidades 3 Ramos FA do Continente Ilhas e Ultramar.

Apelo camaradas todos os Ramos FA unidade e confiança MFA. Obediência total ao COPCON".

Respostas a estas mensagens:

Da Região Militar do Porto:

"Comandante RMP deseja exprimir certeza existir completa unidade comandos e tropas região com total empenhamento cumprimento união nacional tomada por FA e seu MFA mantendo mesma confiança seus objectivos e honrosas intenções bem país exprime disposição cumprir esforçadamente missão de COPCON presente estado emergência".

Da Região Militar de Coimbra:

"Comando RMC reafirma sua total integração espírito programa MFA e apoiado declaração grupo oficiais representativos MFA, assegura decidida solidariedade S. Ex.ª General Costa Gomes e COPCON".

Do Regimento de Engenharia Um:

"Todo o pessoal RE1 solicito Vexa interprete junto Sexa CEMGFA sua determinação ao combate às manobras da reacção. Esperando confiadamente sejam tomadas todas as medidas que evitem de futuro possa ser vão todo o seu esforço que não regateiam que põem à disposição do EMGFA para interesse Povo Português!

Do Grupo de Administração Militar N.º 2:

"Oficiais Sargentos Praças desta reiterar apoio activo Comissão Coordenadora legítima intérprete programa MFA. Sugerem rápida ampla campanha esclarecimento conspiração derrube democracia junto Povo Português sobretudo zonas rurais. Pedem máximo rigor tratamento conspiradores".

MFA Angola:

"MFA Angola manifesta total adesão e identidade prossecução ideais progressistas programa movimento e aliança Povo Português/Forças Armadas fim alcançar objectivos democratização e descolonização".

Do Almirante Rosa Coutinho ao P. R. Gen. Costa Gomes:

"Ao tomar conhecimento da nomeação, pela Junta de Salvação Nacional, de V. Ex.ª para o alto cargo de Presidente da República, venho apresentar respeitosa saudações, afirmando-lhe, em nome das Forças Armadas, do Governo e de mim próprio, a firme determinação de obediência ao processo de democratização de que V. Ex.ª contiuíu símbolo de legítimo garante. Mais quero testemunhar a V. Ex.ª a profunda admiração pelas qualidades intelectuais e morais do militar e do chefe, que o povo de Angola soberbamente conhece e em quem confia para levar a efeito o integral cumprimento do processo de descolonização em curso".

Do MFA S. Tomé:

Comissão Coordenadora do MFA S. Tomé solidária apoia incondicionalmente atitude tomada camaradas noite 27 e 28 neutralização acção criminosa forças reaccionárias apostadas lançar divisão Povo Português e entrar processo democrático em curso. Reitera total fidelidade programa MFA não permitindo que tais atitudes provindas da reacção sejam tomadas em S. tomé as quais repelirá firme e energeticamente como garantia processo descolonização. Transmitem Povo Português nosso regozijo sua atitude como exemplo da vontade inabalável construção Portugal Novo livre e democrático.

Do Alto Comissário de Moçambique Almirante Vítor Crespo:

— Ao Presidente Gen. Costa Gomes:

"Ao tomar conhecimento renúncia general António de Spínola e saber designação Vexa para cargo Presidente República quero afirmar-lhe senhor Presidente a minha firme certeza de ser Vexa legítimo garante cumprimento programa MFA símbolo unidade das Forças Armadas. Neste momento histórico reconheço altas qualidades morais Vexa seu profundo empenhamento servir Portugal seu povo nesta hora de democratização. Quero garantir-lhe senhor Presidente e comandante supremo das Forças Armadas Portuguesas total unidade obediência Forças Armadas Moçambique sob o meu comando, seu empenhamento intransigente defesa da ordem pública em rigoroso cumprimento dos acordos de Lusaka.

(Continua na pág. 3)

A REACÇÃO NÃO VENCEU NEM VENCERÁ

(Continuação da pág. 1)

Em continuação afirmou:

Aqueles que menos estão interessados na Pátria, no desenvolvimento nacional, são os que nesses momentos mais apelam para a mesma Pátria e para o desenvolvimento nacional, junto de camadas muitas vezes pouco esclarecidas e incautas.

Chegam a dizer que queremos roubar as casas onde os pobres vivem.

Chegam a dizer que queremos roubar as casas onde os pobres vivem.

Agitam os mesmos papões que agitava o fascismo durante 48 anos — e não é de admirar que algum êxito obtenham porque as ideologias, as mentalidades forjadas, formadas ao longo de 48 anos, não se modificam de um dia para o outro."

Afirmou mais à frente: "O MFA tomou precauções para minorar o mais possível as consequências de tal manifestação. Por outro lado, os sectores democráticos e mais esclarecidos da população também fizeram muito para que essa manifestação não fosse para a frente. E não o fi-

E, a terminar, afirmou: "Esta crise fortaleceu mais as condições de desenvolvimento da democracia em Portugal e permitiu o melhor esclarecimento das nossas posições. Levaremos o MFA e as FA a todos os pontos do País para o povo conhecer bem os nossos objectivos e combater a calúnia e os nossos opositores que se servem, precisamente da despolitização do povo português para porem em causa, precisamente o futuro desse povo".

No dia 30 de Setembro pelas 20.00 h, fez o novo Presidente da República, Gen. Costa Gomes, uma importante comunicação ao país que entre outros assuntos versados no seu discurso, focou alguns aspectos da política até então seguida:

"Na descolonização, não houve qualquer desvio ao programa do MFA. Visto que em todos os actos políticos não haveremos de sujeitar-nos a esquemas rígidos preconcebidos, teremos sim de, em respeito pelos grandes

Nenhum português que ama o povo a que pertence ignora hoje que o trabalho, a ordem e a unidade são os marcos essenciais que garantem as liberdades democráticas e o respeito pelos direitos fundamentais do Homem."

Continuou afirmando:

"No plano geral saberem interpretar as Leis Constitucionais em vigor, onde são essenciais os pontos do Programa do MFA."

E a concluir assegurou:

"Deixo-vos a certeza de que as FA, militares e militarizadas, se estão integrando rapidamente no espírito novo e vão-se tornando mais aptas a garantir ao Governo Provisório e ao Povo o clima de ordem e liberdade porque ansiamos para nos dedicarmos ao trabalho com a certeza de que vamos construir um futuro melhor, mais justo, mais democrático."

Seguidamente conferiu posse ao Primeiro Ministro afirmando então de improviso:

"Sr. Primeiro Ministro: é com muita satisfação que acabo de empossar nas suas funções, num acto que representa apenas uma confirmação no cargo que já vinha desempenhando. Estou plenamente convencido de que a nossa colaboração, que já vem de há longo tempo, continuará nos mesmos moldes de lealdade, de sinceridade e de amizade com que através dos tempos temos vindo a colaborar. Desejo-lhe muitas felicidades, para bem deste Povo que tanto precisa do nosso acordo e da nossa convergência de esforços".

Em resposta, afirmou o Brig. Vasco Gonçalves:

"Meu general: considero a maior honra da minha vida o facto de ter sido empossado hoje por V. Ex.ª no cargo de Primeiro Ministro do Governo Provisório da República Portuguesa e considero a maior honra por dois motivos: primeiro, porque é ao serviço da nossa Pátria e do nosso Povo que me acaba de nomear; segundo porque fui nomeado por V. Ex.ª, a que nos unem laços do mais profundo respeito e consideração, para além da amizade que foi forjada em trabalho comum, e no apreço pelas suas altas qualidades.

O meu programa é o mesmo. É o estreito cumprimento do Programa do MFA em toda a sua pureza, e em tudo que ele encerra de projecto de nossa vida para a nossa Pátria. Sobre esse Programa empenhei a minha honra, como V. Ex.ª e todos os presentes empenharam a sua. Tenho sempre presente esse

empenho. O nosso Povo testemunhará da sinceridade dos nossos propósitos, da sinceridade dos nossos actos, porque as pessoas são, de facto, julgadas pelos seus actos e não pelas palavras que proferem. Mais uma vez afirmo tratar-se da maior honra de toda a minha vida e só ela compensa, serve para justificar que tenha nascido em Portugal."

Neste mesmo dia, à noite, o Primeiro Ministro concedeu uma conferência de imprensa onde salientou:

"Nós estamos, de facto, atravessando um período difícil. Não é impunemente que um País vive 50 anos sob um regime fascista. Ao fim de 5 meses temos problemas, herdados do regime anterior que estava em crise flagrante, crise essa que era escondida através de uma censura férrea da informação e da repressão de toda a ordem que exercia.

Hoje temos, de facto, problemas a resolver em diversos sectores da vida nacional, mas temos meios de os resolver. Não vivemos em anarquia como hoje foi dito.

Haverá maior prova de civismo e de ordem do que se tem passado nos últimos dias em Portugal? Mudou-se de Presidente da República e, hoje, nós não estabelecemos estádio de sítio, não estabelecemos recolheres obrigatórios, a vida continua

normalmente para todas as pessoas.

O Povo anda nas ruas e manifesta-se sem cordões de segurança. Esses "controles" que foram montados nas estradas para impedir o golpe reaccionário que estava montado, exerceram-se sem coacção, mas com persuasão com a colaboração das próprias pessoas que eram revistadas, excepto daqueles que, de facto, traziam armas escondidas e que não estavam interessados em mostrá-las. Portanto, nós não vivemos de maneira nenhuma em anarquia, antes pelo contrário este País é um País de ordem".

Em relação às individualidades que se demitiram ou foram demitidas e ao seu possível envolvimento no golpe da reacção, afirmou:

"Não temos qualquer elemento que nos permita afirmar isso e não temos qualquer dúvida quanto ao pensamento do Gen. Spínola. O Sr. General Spínola foi vítima de uma campanha montada que pretendeu utilizar o seu nome com fins precisamente contra ele, e contra a democracia portuguesa.

Quanto aos três Generais da JON eu devo dizer que uma democracia não pode ser feita por democratas, mas esses generais não estavam implicados em qualquer golpe."



Aqueles que menos estão interessados na Pátria, no desenvolvimento nacional, são os que nesses momentos mais apelam para a mesma Pátria...

zeram utilizando meios violentos. Isto é necessário que todo o País saiba: foi através da persuasão, através de uma vigilância verdadeiramente democrática que se travou o passo à reacção.

Precisou em relação ao MFA: "Nós não queremos a guerra civil entre os portugueses, bater-nos-emos sempre com a maior paciência, com a maior calma, com a maior firmeza para que isso não aconteça."

"Fizemos uma revolução, cujas consequências ainda estão em pleno desenvolvimento".

princípios orientar a evolução dos acontecimentos face à constante mutação da conjuntura política enquadrante".

"Quanto ao curso da democratização do País, se nem sempre tem sido possível evitar desvios a quem aprende o caminho da Liberdade autêntica, creio que poderemos continuar a perguntar-nos se outra Revolução no Mundo soube ser simultaneamente tão profunda e tão pouco marcada por sangue, por dores ou por atentados graves ao civismo.

Há muito a melhorar e a corrigir; pois todos unidos nós o faremos.



Na descolonização, não houve qualquer desvio ao Programa do MFA

— Para o Brigadeiro Vasco Gonçalves:

"Quero afirmar-lhe senhor Primeiro Ministro minha total aceitação e orientação política definida Governo Provisório sob a alta direcção de Vexa meu total respeito acordos Lusaka sei serem principal garante processo descolonização em curso servirem profundos e legítimos interesses povos Portugal e de Moçambique".

— Para o MFA:

"Minha qualidade membro primeira hora MFA nome MFA Moçambique quero garantir total concordância e apoio designação general Costa Gomes cargo Presidente da República, suas altas qualidades morais e militares símbolo unidades Forças Armadas, são garante cumprimento programa MFA processo democratização descolonização em curso. MFA Moçambique reafirma total solidariedade MFA Lisboa".

— Da Corveta "Jacinto Cândido":

"Impedidos de utilização outros meios reafirmamos por este nosso total apoio, pedimos punição exemplar elementos procuram travar processo democratização povo Português".

Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças do N. R. P. "Jacinto Cândido".

— Do Comando Militar de S. Tomé:

Mantem-se calma em S. Tomé Forças Armadas congratulam-se com acção MFA Lisboa e reiteram seu incondicional apoio".

— Do Comando Defesa Marítima do Lago Niassa:

"Apoiamos confiamos totalmente MFA".

— Da Companhia de Fuzileiros Des:

"Damos total adesão MFA".

MANIFESTAÇÃO DE APOIO



O POVO MANIFESTOU A SUA FIRME CONFIANÇA NO MFA, NO GOVERNO PROVISÓRIO E NO NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



A REACÇÃO

ESTAVA PREPARADA



EQUIPAMENTO PARA ACÇÕES TERRORISTAS, ENCONTRADO NA SEDE DO PARTIDO DO PROGRESSO — MOVIMENTO FEDERALISTA PORTUGUÊS

